



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CEDU

Comissão de Educação

Presidente: Deputado Thiago Araújo

2025



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CEDU)
PRESIDENTE DEPUTADO ESTADUAL THIAGO ARAUJO

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - ANO 2025

DEZEMBRO 2025

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

MEMBROS	
DEPUTADOS (AS) TITULARES	DEPUTADOS (AS) SUPLENTEs
Deputado Thiago Araújo – Republicanos - Presidente	Deputado Erick Monteiro - FE. PSDB CID 23
Deputada Paula Titan - MDB - Vice-presidente	Deputado Iran Lima - MDB
Deputada Carlos Vinícios - MDB	Deputado Zeca Pirão - MDB
Deputado Dirceu Ten Caten - PT	Deputado Josué Paiva - REPUB
Deputado Fábio Figueiras - PSB	Deputado João Pingarilho - PODEMOS
Deputado Gustavo Sefer - PSD	Deputado Coronel Neil - PL
Deputado Lu Ogawa - PP	Deputada Lívia Duarte - PSOL

APRESENTAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA possui dentre suas funções a de fiscalizar a legislação vigente, além de garantir o direito a educação, equacionar a política e o sistema educacional na rede pública e privada em todos os seus aspectos e singularidades, por meio da Comissão da Educação (CEDU).

A CEDU, mediante o seu cronograma e desenvolvimento do seu plano de trabalho, promoveu reuniões ordinárias e extraordinárias em conjunto com outras comissões temáticas da ALEPA, com amplo debate sobre os projetos voltados ao sistema educacional e todas as peculiaridades que a Educação do Estado do Pará requer, tendo em vista as diferenças sociais e demográficas em virtudes de localidades de difíceis acessos e da falta de cobertura de rede de internet e de celulares.

Durante o ano de 2025, o presidente e alguns deputados membros também receberam e dialogaram com atores sociais e interessados na temática da educação, levando as discussões e propostas para as sessões plenárias e órgãos do Governo e da Secretaria de Educação para tentar atender as demandas e solucionar as tratativas solicitadas.

Desse modo, a Comissão de Educação apresenta seu Relatório Anual de Trabalho em 2025, com registro de suas atividades desempenhadas em consonância com os artigos 55 e 56 do regimento interno que tratam das competências das comissões Permanentes e da Comissão de Educação.

Art. 55. Os campos temáticos ou áreas de atividade das Comissões estão assim distribuídos:

...

VIII - Comissão de Educação:

- a) assuntos atinentes à educação em geral, pública e privada;**
- b) política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais;**
- c) direito da educação;**
- d) recursos humanos e financeiros para a educação;**

Das Competências Comuns às Comissões

Art. 56. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I - discutir e votar as proposições sujeitas à deliberação do Plenário que lhes forem distribuídas;**
- II - discutir e votar projetos de lei, dispensada a competência do Plenário na forma do que dispõem os arts. 71 e 72 deste Regimento;**
- III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;**
- IV - convocar Secretários de Estado ou quaisquer titulares de outros órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado ou conceder-lhes audiência para expor tema de relevância inerente a suas atribuições;**
- V - encaminhar, por meio da Mesa, pedidos escritos de informação a autoridades mencionadas no inciso anterior;**
- VI - receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, na forma do inciso III do § 3º do art. 101 da Constituição Estadual;**
- VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;**
- VIII - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;**
- IX - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;**
- X - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;**
- XI - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando à Casa a respectiva proposta de decreto legislativo;**
- XII - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;**
- XIII - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta,**

indireta ou fundacional, e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação dos prazos.

§ 1º Aplicam-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições previstas para as matérias submetidas à apreciação do Plenário da Assembleia Legislativa.

§ 2º As atribuições contidas nos incisos V e XII do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputado.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – 2025**1-REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA COMISSÃO**

REUNIÃO	PAUTA PROJETOS DE LEI	SITUAÇÃO	PROPOSIÇÃO
1ª Reunião Ordinária CEDU Junho/2025	PROJETO DE LEI Nº 71/2021 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Michele Begot Relator CEDU: Dep. Gustavo <u>Sefer</u>	APROVADO	Ementa: Institui a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências.
	PROJETO DE LEI Nº 97/2022 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Luth Rebelo Relator CEDU: Dep. Andreia Xarão	APROVADO	Ementa: Institui o Programa Estadual “Educação Empreendedora e Inovadora” no Estado do Pará.

PROJETO DE LEI Nº 357/2022 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Professora Nilse Relator CEDU: Dep. Gustavo Sefer	APROVADO	Ementa: Institui o mês de agosto como o “Mês da Primeira Infância”, no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.
PROJETO DE LEI Nº 533/2023 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Fábio Figueiras Relator CEDU: Dep. Lu Ogawa	APROVADO	Ementa: Dispõe sobre a substituição progressiva dos copos, dos canudos, dos pratos, dos talheres e das bandejas descartáveis plásticas de uso único, assim como dos materiais escolares plásticos por aqueles compostos por material biodegradável na rede pública estadual de ensino do Estado do Pará e dá outras providências.
PROJETO DE LEI Nº 838/2023 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Fábio Figueiras Relator CEDU: Dep. Lu Ogawa	APROVADO	Ementa: Dispõe sobre o Acolhimento Social de educando com deficiência nas escolas públicas e privadas do Estado do Pará.
PROJETO DE LEI Nº 287/2024 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Nilton Neves Relator CEDU: Dep. Thiago Araújo	APROVADO	Ementa: Institui Política Pública de prevenção ao Phishing Virtual nas Instituições de Ensino Público e Privado no âmbito do Estado do Pará.

PROJETO DE LEI Nº 338/2024 – REGIME NORMAL Autor: Dep. Wescley Tomaz Relator CEDU: Dep. Fábio Figueiras.	APROVADO	Ementa: Dispõe sobre a implementação de Estratégias para a Saúde Mental nas Instituições de Ensino Públicas Estaduais.
PROJETO DE LEI Nº 351/2024 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Josué Paiva Relator CEDU: Dep. Thiago Araújo	APROVADO	Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte de Identidade Cultural, e dá outras providências.
PROJETO DE LEI Nº 717/2024 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Martinho Carmona Relator CEDU: Dep. Fábio Figueiras	APROVADO	Ementa: Institui a Política Pública de Prevenção ao Estelionato Sentimental nas Instituições de Ensino Público e Privado, no âmbito do Estado do Pará.
PROJETO DE LEI Nº 460/2024 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Nilton Neves Relator CEDU: Dep. Paula Titan	APROVADO	Ementa: Institui Política Pública voltada ao Cuidado da Saúde e Bem-estar dos Profissionais da Educação no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38/2019 – REGIME NORMAL. Autor: Dep. Raimundo Santos Relator CEDU: Dep. Fábio Figueiras	APROVADO	Ementa: Dispõe sobre o Parlamento Estudantil no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

1ª Reunião Extraordinária CEDU setembro/2025	REQUERIMENTO Nº 01/2025 – REGIME NORMAL Autor: Dep. Braz	APROVADO	Ementa: Solicita a realização de Audiência Pública para debater a criação da Universidade Estadual do Sul e Sudeste do Pará (UESSPA), bem como discutir a viabilidade técnica, social e econômica dos municípios candidatos à sede da Reitoria da nova instituição de ensino superior”.
1ª Reunião Extraordinária Conjunta CCJRF/CFFO/CDH/ CEDU Novembro/2025	PROJETO DE LEI Nº 773/2025 – REGIME DE URGÊNCIA Autor: Poder Executivo Relator CEDU: Dep. Fábio Figueiras	APROVADO	Ementa: Institui a política de Assistência Estudantil (PAEUEPA), no âmbito da Universidade do Estado do Pará (UEPA).
2ª Reunião Ordinária CEDU dezembro/2025	PROJETO DE LEI Nº 246/2024 – REGIME NORMAL Autor: Dep. Maria do Carmo Relator CEDU: Dep. Dirceu Tem Caten	APROVADO	Ementa: Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Educação Digital Preparatória para ENEM, e dá outras providências.
	PROJETO DE LEI Nº 102/2023 – REGIME NORMAL Autor: Dep. Wanderlan Relator CEDU: Dep. Fábio Figueiras	APROVADO	Ementa: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Pará a “Semana de Prevenção e Conscientização da Endometriose

**PROJETO DE LEI
Nº 94/2025 -**
REGIME NORMAL
Autor: Dep. Bob
Fllay
Relator CEDU: Dep.
Fábio Figueiras

APROVADO

Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Leitura de Livros de Autores Paraenses nas Escolas do Pará.

**PROJETO DE LEI
Nº 205/2023 -**
REGIME NORMAL
Autor: Dep.
Delegado Nilton
Neves
Relator: Dep. Fábio
Figueiras

APROVADO

Ementa: Dispõe sobre o protocolo individualizado de Avaliação para Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, incluindo-se Transtornos do Espectro Autista – TEA, nas instituições de Ensino da Rede Pública e Privada no Âmbito do Estado do Pará.

2- OUTRAS ATIVIDADES DA COMISSÃO.

2.1- Participação em eventos e reuniões técnicas com os Órgãos e Instituições de Ensino da rede Pública e Privada, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios, professores e servidores.

2.2 – Atendimentos as demandas que comparecem na sala da Comissão por meio de professores, alunos, servidores e autoridades.

2.3 – Eficiência e agilidade na Comissão de Educação quanto a distribuição para os deputados relatarem a organização das Sessões Ordinárias para pautar os projetos. Em 2024 foram recebidos 28 processos na Comissão de Educação e com prosseguimento no transcurso destes.

2.4 – Visita “in loco” nas escolas em diferentes municípios do Pará, através de convites de vereadores e prefeito das regiões.

Sala da Comissão de Educação, Palácio da Cabanagem, 19 de dezembro de 2025.

